

BC reconhece o empréstimo americano à Centralsul

BRASÍLIA — O Banco Central considerou legal a conversão, em empréstimo de longo prazo, do crédito comercial de curto prazo, no valor de US\$ 13,6 milhões, concedido pelo Bank of America à Centralsul, autorizada em março de 84. Em nota oficial divulgada ontem, o banco considerou a operação vantajosa para o País, alegando que o prazo original de pagamento foi prorrogado para oito anos, com dois anos e meio de carência.

A nota, elaborada pela Diretoria da Área Externa do Banco Central, reconhece que a Centralsul cometeu, durante a gestão de Ari Dalmolin, "ilícitos cambiais". Os administradores da cooperativa realizam, segundo explicação do BC, exportações sem o consequente ingresso de divisas no País, fato denunciado pela nova administração da Centralsul, em 17 de fevereiro de 1983.

Em julho do ano passado, o Banco Central instaurou processo administrativo sobre o assunto, depois de comprovada a denúncia. O processo tem dez mil folhas e já foram ouvidas 35 pessoas indiciadas. A ação administrativa encontra-se em fase de análise das defesas apresentadas.

Apesar de não constar da nota oficial, o BC informou que o crédito comercial de US\$ 13,6 milhões transformado em empréstimo de longo prazo não foi registrado na instituição. A explicação é de que as operações com prazo de pagamento inferior a 360 dias não precisam de registro no Banco Central.

O banco reconheceu que a Centralsul manteve, irregularmente, uma conta bancária no exterior. A legislação em vigor condiciona a abertura de contas desse

tipo à autorização prévia do Banco Central, o que não ocorreu no caso.

O BC, entretanto, seja na nota oficial ou nas explicações que forneceu ontem, não incriminou o Bank of America nas transações realizadas com a Centralsul. Segundo as informações da instituição, somente no fim do processo administrativo será possível afirmar se o banco americano é culpado ou não.

● A direção da Granóleo Comércio e Indústria de Oleaginosas considerou um equívoco o envolvimento da empresa na ação popular movida por sete agricultores gaúchos contra o Bank of America e o Banco Central. A operação entre o banco americano e a Centralsul teria sido feita através de carta de crédito da Granóleo. Segundo os agricultores, o registro da operação é ilegal.